



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8588 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

O CAMPO UNIVERSITÁRIO EM DISPUTA: A MERITOCRACIA E A INFLAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO

Cristiane Ribeiro Cabral Rocha - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Bárbara de Carvalho Ortega - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: capes

O CAMPO UNIVERSITÁRIO EM DISPUTA: A MERITOCRACIA E A INFLAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO

Palavras-chaves: Meritocracia; Habitus; Licenciatura em Pedagogia.

Este trabalho é parte da pesquisa de conclusão de curso da referida co-autora e a pesquisa em andamento de doutoramento da autora, no qual tem como objetivo tratar os conceitos de meritocracia e a inflação de certificações no campo da Licenciatura em Pedagogia, dentro do referencial teórico de Pierre Bourdieu.

A partir de inquietações a respeito da democratização do ensino e da suposta igualdade de oportunidades. Com a proclamação da República (1889) no Brasil, os ideais iluministas questionavam uma antiga ordem, em que os privilégios sociais eram herdados. O início da democratização, marca uma preocupação com a ampliação do acesso à educação, e mais tardiamente com a qualidade desta.

Esse processo de democratização do ensino é perceptível nos documentos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. Ao analisar as sociedades democráticas, Dubet (2014) aponta como três princípios fundamentais a igualdade de oportunidades, o mérito e a autonomia. Esses três princípios se relacionam, uma vez que estão atrelados a uma ideia de justiça, dentro da democracia. Para o autor, a partir do momento que se compreende que todos os sujeitos são iguais perante a lei, todos eles devem ter as mesmas oportunidades de concorrer às desiguais posições na sociedade.

A concorrência acontece pelo mérito, que de acordo com a autonomia de cada agente, por seus talentos e esforços individuais, é merecedor ou não de determinada posição na hierarquia social. “Se somos todos iguais e se considerarmos que toda sociedade organiza e classifica os indivíduos, isso só pode ser feito a partir da maneira pela qual indivíduos livres e iguais põem em prática seus talentos, sua coragem e seus esforços. Sem o mérito, não haveria outro critério além do nascimento ou da sorte para repetir os indivíduos numa escala de estratificação.” (DUBET, 2014, p. 26-27). Assim, o mérito é um princípio ativo de justiça (VALLE, 2015) nas sociedades democráticas, e a partir dele se constrói a ideia de que por meio de um ensino de qualidade a todas as classes, todos têm chances igualitárias de “jogar o jogo”, em referência a metáfora do sociólogo Pierre Bourdieu.

Assim, as trajetórias escolares (fracasso ou sucesso) seriam de inteira responsabilidade e mérito do próprio agente. “À sua maneira, a escola participa ativamente dos grandes ideais dos tempos modernos: [...] espera-se [...] que a escola assegure o triunfo dos mais capazes, dos mais esforçados.” (VALLE; RUCHEL, 2009, p. 198). Contudo, autores como Pierre Bourdieu, denunciaram que “[...] a escola se diz única, neutra, igualitária e meritocrática, entretanto ela divide cada geração entre os que estão destinados, por sua origem social, a compor a burguesia e os que devem permanecer na condição de proletários.” (VALLE, 2014, p. 62).

Essa compreensão, parte do princípio de que a escola impõe e cobra um arbitrário cultural. Este último conceito é a imposição da cultura dominante como sendo a única legítima e verdadeira (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2016).

A escola, no que diz respeito aos conteúdos curriculares e as suas normas, legítima determinados saberes em detrimento de outros, determinada cultura (a dos dominantes economicamente) em detrimento de outras. Sendo assim, a instituição de ensino para alguns é uma continuação da educação familiar, e para outros um lugar estranho, ameaçador (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2016).

O que intensifica a concorrência, e a necessidade de uma certificação, em especial em nível superior, não deixando de fora nenhum curso, assim como ocorre também nas licenciaturas e especificamente aqui apresentado na licenciatura em Pedagogia.

Em síntese, diante do que foi apresentado em relação a meritocracia, compreende-se que além das tensões existentes no campo escolar, o campo universitário também entra em disputa seguindo os embates entre classes e frações de classes. Os cursos de licenciatura, tanto em universidades públicas como em instituições privadas, acabam sendo uma opção viável, uma estratégia, para pessoas advindas dos estratos sociais com menor capital econômico.

E isso se intensifica com o aumento do número de cursos de Pedagogia em IES privadas e o aumento do número de vagas nas IES Públicas, trazendo assim à tona o quanto o prestígio ou distinção que um diploma em nível superior pode oferecer ao sujeito e é influenciado pelas questões econômicas, como atesta Bourdieu (2012), ao chamar a atenção para fenômeno da “inflação de títulos”, que ocorre.

Ao tratar dessa relação, Nogueira e Nogueira (2002, p. 23) apontam que,

[...] o grau de investimento na carreira escolar está relacionado ao retorno provável, intuitivamente estimado, que se pode obter com o título escolar, não apenas no mercado de trabalho, mas, também, nos diferentes mercados simbólicos, como o matrimonial, por exemplo. Esse retorno, ou seja, o valor do título escolar nos diversos mercados, variaria, basicamente, em função de sua maior ou menor oferta. Quanto mais fácil o acesso a um

título escolar, maior a tendência a sua desvalorização (“inflação de títulos”).

Segundo Bourdieu (2015), quando as instituições, que se anunciam neutras e atestam que irão transmitir conhecimento igualitário para todos os estudantes, não considerando as trajetórias de cada um e a desigualdade de volumes de capitais - econômico ou cultural - desses agentes, eximem-se de sua responsabilidade em perpetuar essas desigualdades.

Isso pode ser observado quando os graduandos em licenciatura os de Pedagogia, ingressam em uma IES acreditando que terão acesso aos conhecimentos necessários para uma formação plena, crítica e integral para exercerem a sua profissão, mas, ao contrário, recebem uma formação que os distancia cada vez mais dessas atribuições, não havendo um movimento no interior das universidades – públicas ou privadas – que busque ofertar a esses agentes condições de suprir as possíveis deficiências acadêmicas que trazem consigo. Assim, eles são lançados, depois de formados, como sobreviventes dentro da ambiência escolar ou do exercício da sua profissão, o que contribui para o aumento das angústias e dificuldades enfrentadas pelos professores iniciantes.

Ao atribuir aos indivíduos esperança de vida escolar estritamente dimensionada pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que - sob as aparências da equidade formal - sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. (BOURDIEU, 2015, p. 65).

Nessa perspectiva, recorrendo à metáfora do jogo utilizada por Bourdieu, entende-se que é necessário compreender o movimento que ocorre no campo da formação inicial, pois as mudanças operacionalizadas pelo sistema de produção (campo econômico) no sistema de ensino (campo educacional) têm contribuído para a perpetuação de um ciclo.

Diante, dos breves apontamentos a formação de professores, tanto em âmbito Público ou privado, necessita sempre possibilitar uma formação potencializado, que considere o sujeito em formação proporcionando conhecimento histórico social e político, para que não o leve a uma inflação de diplomação, chegando ao campo de trabalho com defasagens frente às demandas cada vez maiores da sociedade em relação às atribuições e funções dos professores, e tenham que se submeter a investir em cursos, especializações e afins, podendo assim olhar as questões com criticidade.

É o jogo entre as mudanças do aparelho de produção e as mudanças do aparelho de ensino que está na origem das defasagens entre o *habitus* e as estruturas. Essas defasagens devem, portanto, ser compreendidas em referência ao estado e a história da relação entre o sistema de ensino e o sistema de produção. (BOURDIEU; BOLTANSKI, 2012, p. 146).

Para compreender a constituição de um *habitus* é necessário entender como as estruturas estão colocadas e qual a regra do jogo estabelecida, para então entender a constituição docente.

Bourdieu e Passeron (2018) entendem que [...] a ação direta dos hábitos culturais e das disposições herdadas do meio de origem é redobrada pelo efeito multiplicador das orientações iniciais (também produzida pelos determinismos primários), as quais desencadeiam a ação de determinismos induzidos ainda mais eficazes quando se exprimem na lógica propriamente escolar, sob a forma de sanções que consagram as desigualdades sociais sob a aparência de ignorá-las.

Sendo assim, o falacioso discurso meritocrático que acredita que a igualdade de

oportunidades será suficiente para enfrentar e mudar a desigualdades de posições (MICELI, 2016) é denunciado. Portanto, é necessário que as formações em Pedagogia, se estruturarem afim, de minimizar as concepções de meritocracia exercido pela inflação de certificações e que se intensifica, no atual momento histórico, diante das novas organizações curriculares e de contratações de profissionais da educação, que merecimento a contratação e atribui valor aqueles profissionais que apresentam maior quantitativo de certificações e carga horaria de estudos.

REFERÊNCIAS

DUBET, F. **Injustiças**: a experiência das desigualdades no trabalho. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora UFSC, 2018.

BOURDIEU, Pierre.; BOLTANSKY, Luc. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.). **Pierre Bourdieu**: Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2012, p.71-79.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.). **Pierre Bourdieu**: Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2012, p.71-79.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional , LDB. 9394/1996. Acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35, abr. 2002.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice (Org.). **Bourdieu & a Educação**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MICELI, Mariana Sant'Ana. **As cartas são jogadas muito cedo: trajetórias universitárias de jovens provenientes das classes populares na Universidade Federal de Santa Catarina**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

VALLE, Ione Ribeiro. **(In)justiça escolar: os paradoxos do processo de democratização e a desigualdade distributiva das oportunidades de acesso à escola e à universidade**. LINHAS (Florianópolis. Online), v. 19, p. 325-349, 2018.

VALLE, Ione Ribeiro; RUSCHEL, E. A. **A meritocracia na Política educacional brasileira (1930-2000)**. Revista Portuguesa de educação. Porto/ Portugal: Instituto de Educação e Psicologia/ Universidade do Minho, v.22, n.1, p.179-206, 2009.

VALLE, I. R. **Sociologia da educação: Currículo e saberes escolares**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

